



**ACÓRDÃO Nº2065/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11570/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde de Tefé
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Sra. Thayana Oliveira Miranda – Diretora Presidente do Fundo Municipal de Saúde de Tefé.
- 6- **Advogado:** Marcos dos Santos Carneiro Monteiro - OAB/AM nº 12846
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3616/2022-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Tefé. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Multa. Recomendação. Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Tefé, exercício de 2020, sob a responsabilidade da **Sra. Thayana Oliveira Miranda**, na condição de Ordenadora de Despesa, nos termos do art. 22, III, e 25 da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, II, e art. 188, §1º, III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelos motivos expostos neste Relatório/Voto;
- 10.2. **Aplicar multa à Sra. Thayana Oliveira Miranda** no valor de **R\$ 13.654,40** (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos) pelos atos praticados com grave infração às normas legais ou regulamentares de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, relativas às restrições **02, 03, 08, 09, 13.1, 13.2, 14, 15, 16, 17 e 18**, não sanadas, conforme exposto no Relatório/Voto, na forma prevista no artigo 54, inciso VI, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, com redação alterada pela LC nº 204/20, c/c



**ACÓRDÃO Nº2065/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

art. 308, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Recomendar** ao Fundo Municipal de Saúde de Tefé a devida observância da legislação, sobretudo, quanto à remessa/apresentação da documentação tratada nestes autos, em especial ao envio dos balancetes mensais a esta Corte de Contas;
- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, *caput*, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando a Sra. **Thayana Oliveira Miranda** acerca do julgamento deste feito, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e desta sequente Acórdão;
- 10.5. Arquivar** o presente processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral da decisão.

**11- Ata:** 43ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 29 de Novembro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luís Fabian Pereira Barbosa.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº2065/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por MARIO MANOEL COELHO DE MELLO em 12/12/2022.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 4460EE54-2D6E7808-6E53730A-6C6E813B